



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. IV (2003)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Rivalidades imperiais e emigração: Os açorianos no Maranhão e no Pará nos séculos XVII e XVIII

José Damião Rodrigues , Artur Boavida Madeira

Como Citar | How to Cite

Rodrigues, José Damião & Madeira, Artur Boavida. 2003. «Rivalidades imperiais e emigração: Os açorianos no Maranhão e no Pará nos séculos XVII e XVIII». *Anais de História de Além-Mar* IV: 247-263. <https://doi.org/10.57759/aham2003.37815>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.^a de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2003. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2003. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

RIVALIDADES IMPERIAIS E EMIGRAÇÃO: OS AÇORIANOS NO MARANHÃO E NO PARÁ NOS SÉCULOS XVII E XVIII *

por

JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES **
ARTUR BOAVIDA MADEIRA ***

1. O Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, assinalou, ao findar a centúria quatrocentista, a ambição das monarquias ibéricas de partilharem entre si as riquezas dos espaços por descobrir e definiu os princípios do *mare clausum*. Por meio desse diploma, D. João II e os Reis Católicos excluía ou pretendiam excluir da partilha do Mundo outros Estados concorrentes, como, por exemplo, a monarquia francesa. Tal desígnio, porém, revelar-se-ia uma impossibilidade: a cobiça de monarcas e de mercadores do Norte da Europa pelos lucrativos produtos oriundos do comércio ultramarino, bem como a dimensão e a descontinuidade dos impérios ibéricos, dificultaria a defesa do monopólio que se pretendia instituir em 1494. A célebre resposta de Francisco I ao cardeal de Toledo espelha bem o fracasso da doutrina do *mare clausum* e do direito de propriedade que os juristas e diplomatas de D. João III procuraram impor nas décadas de 1520 e 1530, como resposta ao avanço francês em direcção ao Atlântico Sul: «Le soleil luit pour moi comme pour les autres. Je voudrais bien voir la clause du testament d'Adam qui m'exclut du partage du monde.» ¹

* Este artigo desenvolve o conteúdo de uma comunicação apresentada no Colóquio *Os Açores e as configurações do Atlântico*, organizado pelo Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores, o Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e a Câmara Municipal da Praia da Vitória, Praia da Vitória, 11 a 13 de Outubro de 2001.

** Universidade dos Açores.

*** Universidade dos Açores.

¹ Cf. Ana Maria Pereira FERREIRA, *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*, dissertação de doutoramento em História apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1991, policopiado, p. 167.

Neste particular, a análise da rivalidade entre Portugal e a França em torno das terras sul-americanas revela-nos como, através dos séculos, permaneceram actuates dois projectos de alguma forma concorrentes. Na presente exposição, além de tentarmos cotejar o modo como as monarquias portuguesa e francesa disputaram entre si o Brasil, focaremos a nossa atenção nas regiões do Maranhão e do Pará, destacando a importante contribuição açoriana para a consolidação do domínio português na fronteira amazónica nos séculos XVII e XVIII.

2. As intromissões francesas no monopólio ibérico tiveram início no dealbar de Quinhentos: logo em 1503-1505, registamos a viagem de Binot Paulmier de Gonneville, que, a bordo da nau *L'Espoir*, aparentemente dirigida ao Índico, partiu de Honfleur e, com os seus homens, atingiu o sul do Brasil em Janeiro de 1504. A permanência dos Franceses em Santa Catarina durou alguns meses e aí estabeleceram laços de amizade com os índios². Embora nas primeiras décadas do século XVI os principais objectivos da França fossem o «Cataio» e as especiarias³, já em 1518 e em 1521 se assinalam viagens com destino ao Brasil⁴ e em 1526 a armada de Sebastião Caboto na feitoria de Pernambuco⁵. Todavia, a organização de viagens regulares em direcção ao Atlântico Sul com origem nas costas francesas deu-se somente na década de 1530. Com a «homologação da rotina», para utilizarmos uma expressão de Ana Maria Pereira Ferreira⁶, a presença assídua em águas brasileiras de navios enviados por mercadores e armadores da Normandia e da Bretanha tornou-se uma ameaça para o desejado domínio português das Terras de Vera Cruz. Em 1531, temos mesmo a registar a destruição da feitoria de Pernambuco pelos Franceses.

É neste quadro que se integra a expedição de Martim Afonso de Sousa, realizada em 1530-1532. A missão implicava, entre outras tarefas, a exploração do litoral brasileiro desde o Pará até ao Rio da Prata e, durante o tempo que durou a expedição, foram apresados diversos navios franceses. A retaliação portuguesa teve em Pêro Lopes de Sousa, irmão do comandante, um dos mais empenhados protagonistas, e a sua acção seria motivo de queixas posteriores⁷. A política joanina de defesa dos interesses portugueses no Brasil foi ainda mais longe: em 1534-1536, D. João III doou doze capita-

² Sobre a viagem de Binot Paulmier de Gonneville, ver Bernard GRUNBERG, «Le Brésil et le commerce interlope français au début du XVI^e siècle», in *Le Brésil, l'Europe et les équilibres internationaux XVI^e-XX^e siècles*, sob a direcção de Katia de Queirós MATTOSO, Idelette Muzart-Fonseca dos SANTOS e Denis ROLLAND, «Civilisations, 23», Paris, Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, Centre d'études sur le Brésil, 1999, pp. 47-59, *maxime* pp. 48-53.

³ Cf. Ana Maria Pereira FERREIRA, *ob. cit.*, pp. 188-200.

⁴ *Idem*, p. 205.

⁵ Cf. Jorge COUTO, *A Construção do Brasil. Ameríndios, Portugueses e Africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995, p. 204.

⁶ Cf. Ana Maria Pereira FERREIRA, *ob. cit.*, p. 207.

⁷ *Idem*, pp. 246-247.

nias-donatarias, divididas em quinze lotes, que constituíram as capitânias originais ou «primárias» do Brasil, visando fomentar o povoamento das terras sul-americanas e, no plano diplomático, a coroa portuguesa procurou consagrar a política do *mare clausum* e garantir a repressão das navegações e do curso francês no Atlântico Sul. No entanto, o Tratado de Lyon, assinado a 14 de Julho de 1536 e considerado um tratado de amizade entre Francisco I e D. João III, foi, nas palavras de uma especialista, «uma personagem que não foi», fruto das omissões do diploma e das cedências portuguesas ⁸.

A América do Sul permaneceu nos horizontes da casa real francesa e da França Atlântica. Deste modo, não será de estranhar que, nas vésperas das Guerras de Religião, por ocasião da entrada de Henrique II e de Catarina de Médicis em Ruão, a 1 de Outubro de 1550, se tenha realizado uma festa brasílica e que, em 1551-1552, o próprio rei tenha patrocinado uma expedição às costas sul-americanas, na qual participou o cosmógrafo André Thevet (1516?-1592). Mas, sobretudo, em meados de Quinhentos, devemos destacar o projecto da *França Antártica*, cuja génese e tentativa de concretização se deveu a Nicolau Durand, cavaleiro de Villegagnon (1510-1572), o qual, entre 1555 e 1560 e contando com o apoio inicial de Henrique II e de figuras gradas da corte francesa, liderou um núcleo de colonos que se fixou na baía da Guanabara ⁹.

A expulsão dos Franceses em 1560, devida à acção do governador Mem de Sá (1557-1572), não significou o fim do sonho francês do Brasil. Apesar de a intensificação dos conflitos religiosos no seio da monarquia francesa ter desviado a atenção dos actores principais da América do Sul, as descrições do Brasil que foram publicadas por ocasião da presença gaulesa na baía da Guanabara estiveram na origem de uma mitologia brasílica que influenciaria futuros projectos coloniais franceses. Referimo-nos às obras de André Thevet, *Les Singularitez de la France Antarctique, Autrement nommée Amerique...*, publicada em 1557, e de Jean de Léry (1534-1613), *Histoire d'un voyage fait en la terre du Bresil*, editada originalmente em 1578, mas relativa a uma viagem efectuada em 1557. O caso de André Thevet deve ser aqui destacado. Com efeito, apesar de ter permanecido somente dez semanas na baía da Guanabara, o cosmógrafo francês concedeu ao Brasil um espaço de grande relevo no conjunto de toda a sua produção: «De 1557 à 1592, le Brésil méridional constitue en définitive chez Thevet un point de référence constant.» ¹⁰

⁸ Sobre o Tratado de Lyon, ver *idem*, pp. 393-405.

⁹ Sobre o projecto da *França Antártica*, ver Charles de La RONCIÈRE, «Les Colonies Éphémères et les Colonies Perdues», in Gabriel HANOTAUX e Alfred MARTINEAU (eds.), *Histoire des Colonies Françaises et de l'Expansion de la France dans le Monde*, Tomo I: *Introduction Générale; l'Amérique*, Paris, Société de l'Histoire Nationale-Librairie Plon, 1929, pp. 1-95, *maxime* pp. 20-25; Jorge COUTO, *ob. cit.*, pp. 244-253.

¹⁰ Cf. Frank LESTRINGANT, *L'atelier du cosmographe ou l'image du monde à la Renaissance*, «Bibliothèque de synthèse», Paris, Albin Michel, 1991, p. 81. Esta obra é fundamental para o entendimento da obra de André Thevet.

Deste modo, e não obstante as imprecisões resultantes de um conhecimento limitado da geografia real e da presença de modelos pré-construídos no interior do seu discurso, o cosmógrafo dos reis de França transformou uma parcela do Brasil em «paradigme de l'espace lointain»¹¹ e num tópico central do imaginário geográfico francês da segunda metade de Quinhentos.

No final da centúria, o Brasil continuava a ser um objecto de cobiça por parte da França. O apoio que Henrique III e Catarina de Médicis concederam a D. António, Prior do Crato, não foi, de todo, desinteressado e, para além da rivalidade que opunha as casas reais de França e de Espanha, Henrique III e a rainha-mãe ambicionavam apoderar-se do Brasil. Para Catarina de Médicis, seria a oportunidade de resgatar uma experiência que fora mal sucedida, a da *França Antártica*. Assim, em instrução confidencial dirigida ao almirante Strossi, datada de 3 de Maio de 1582, o secretário do monarca francês indicava ao comandante da armada que, após socorrer a ilha Terceira com sucesso, deveria seguir para a Madeira, navegando o conde de Brissac para Cabo Verde. Em Agosto, com os navios reunidos, partiriam em direcção ao Brasil, que reclamariam para a posse da coroa francesa¹².

O fracasso das forças francesas arrastou consigo o projecto de Catarina de Médicis e de Henrique III, mas novos empreendimentos se desenharam na viragem do século. Por volta de 1590, um grupo de Franceses, comandados por Adolfo Montbille, estava instalado no Ceará, em Ibiapaba. Em 1594, Jacques Riffault, armador de Dieppe, em associação com Charles des Vaux, fixou-se na ilha do Maranhão. Charles des Vaux aprendeu a língua dos índios da região e, regressado a França, publicitou as riquezas e delícias do Maranhão. O calvinista Daniel de La Touche (1570-1631), senhor de La Ravardière, que em 1604 explorara a Caiena, actual Guiana, concebendo inicialmente a colonização daquela região, seduzido pelas notícias divulgadas por Charles des Vaux, desistiu do seu primeiro propósito. Associado a dois católicos, em Outubro de 1610 conseguiu ser nomeado tenente-general das Índias Ocidentais e os três sócios receberam autorização da coroa para fundarem uma colónia francesa em terras sul-americanas. A expedição foi preparada durante os meses seguintes, e em Março de 1612 uma frota composta por três navios partia para o Maranhão. Os colonos acabariam por se fixar na Ilha-Grande do Maranhão, onde, em Novembro do mesmo ano, nasceria a *França Equinocial*, com a fundação de São Luís¹³.

¹¹ *Idem*, p. 82.

¹² Cf. Joaquim Veríssimo SERRÃO, *O reinado de D. António, Prior do Crato*, vol. I (1580-1582), Coimbra, s.ed., 1956, pp. 413-416.

¹³ Sobre a presença francesa no Brasil desde finais do século XVI, ver Claude d'ABBEVILLE, *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*, «Reconquista do Brasil, 19», São Paulo, Livraria Itatiaia, Editora da Universidade de São Paulo, 1975, pp. 22-24 e 51-58; José Maria de Queiroz VELOSO, «O Brasil durante os 60 anos da administração filipina», in *Congresso do Mundo Português. Publicações*, Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso Luso-Brasileiro de História (VII Congresso), Tomo 1.º, I Secção, Lisboa, Secção de Congressos, 1940, vol. IX, pp. 153-169, *maxime* p. 156; Lia Arez Ferreira do AMARAL,

Anos mais tarde, em 1624, o capitão Simão Estaço da Silveira, um açoriano que emigrara para o Maranhão com a primeira leva de colonos ilhéus, apresentaria assim a génese da fixação francesa na Amazónia:

«Estes Franceses tambem vieram aquj povoar, movidos de noticias desta terra e de hauer nella grandes riquezas, porque hauia mais de vinte annos que vinhão a estas barras de suas pilhagens, e tinhão aquj hũa ladroeira, onde espalmavão, & breavão com almeçega da terra, que tambem como o breo serue.»¹⁴

3. A presença de Franceses no Maranhão representava uma séria ameaça para a segurança das rotas e do comércio português com o Brasil e para a própria soberania lusa na América do Sul. Informada sobre a situação vivida na Amazónia, a monarquia hispânica procurou organizar a expulsão dos inimigos. Filipe III ordenou ao governador-geral do Brasil que procedesse à conquista do Maranhão, e o governador-geral, por sua vez, confiou a Jerónimo de Albuquerque a liderança da reacção luso-brasileira. Foram então efectuadas algumas missões de reconhecimento e edificadas fortificações no litoral do Ceará. Em 1614, à frente de quarenta Portugueses e mais de duzentos índios amigos, Jerónimo de Albuquerque viajou para a região amazónica e obteve uma primeira vitória a 19 de Novembro, derrotando os Franceses e os seus aliados Tupinambás. Um ano mais tarde, as forças portuguesas, reforçadas em homens e munições, conseguiriam conquistar São Luís¹⁵.

Devido à importância estratégica e económica da foz e bacia do Amazonas, após a conquista de São Luís afigurava-se como tarefa prioritária a consolidação do domínio português na região, quer assegurando a defesa do litoral, quer fixando núcleos de povoadores no Maranhão e no Pará, mais a oeste. No primeiro caso, em 1616, foi edificado o forte do Presépio, na foz do Amazonas, «sombra amiga para o núcleo de Santa Maria de Belém», nas palavras do historiador Arthur Cezar Ferreira Reis¹⁶. Complementarmente,

«Ravardiére no Maranhão», in *ibidem*, pp. 239-250; Barão do RIO-BRANCO, *Obras do Barão do Rio-Branco*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, Imprensa Nacional, vol. III: *Questões de Limites – Guiana Francesa*, 1945, pp. 55-57; Jorge COUTO, «As tentativas portuguesas de colonização do Maranhão e o projecto da França equinocial», in Maria da Graça A. Mateus VENTURA (coord.), *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*, Segundas Jornadas de História Ibero-Americana, Portimão, 1996, Lisboa, Edições Colibri, 1997, pp. 171-194, *maxime* pp. 186-194.

¹⁴ Simão Estaço da SILVEIRA, *Relação Symaria das Covsas do Maranhão Escrita pello Capitão Symão Estacio da Sylueira Dirigida aos pobres deste Reyno de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911 [edição original: 1624], pp. 14-15 (abreviaturas desenvolvidas).

¹⁵ *Idem*, pp. 9-11; «Memorias para a Historia da Capitania do Maranhão», in *Collecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas, que vivem nos Dominios Portuguezes: ou lhes são visinhas*, Lisboa, Academia Real das Ciências, Tomo I, N.º IIII, 1812, pp. 1-118, *maxime* pp. 63-64; Jorge COUTO, «As tentativas portuguesas de colonização do Maranhão e o projecto da França equinocial», in Maria da Graça A. Mateus VENTURA (coord.), *ob. cit.*, pp. 171-194, *maxime* pp. 191-194.

¹⁶ Cf. Arthur Cezar Ferreira REIS, *A Expansão Portuguesa na Amazônia nos Séculos XVII e XVIII*, «Colecção Pedro Teixeira», Rio de Janeiro, SPVEA, 1959, p. 16.

face às dificuldades de comunicação que existiam entre o Maranhão e a sede do governo da colônia, em São Salvador, em 1621 foi criado o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com capital em São Luís do Maranhão, e em 1624, por alvará de 21 de Março, o Estado do Maranhão e Grão-Pará foi separado do Estado do Brasil. No que respeita ao povoamento português do Maranhão, perante o reduzido número de brancos e a evidente falta de mulheres, a solução encontrada consistiu no recurso a gente das ilhas açorianas, questão que, no entender de Ângela Domingues, «apesar de ser um dos aspectos imprescindíveis para a compreensão da Amazónia de ontem e de hoje, não tem sido, até à data, objecto de estudos ordenados por parte da historiografia colonial»¹⁷.

Ainda em 1615, Jorge de Lemos de Bettencourt ofereceu-se para, à sua custa, transportar duzentos casais dos Açores para o Pará, num total de mil pessoas¹⁸. De acordo com a carta régia de 12 de Abril de 1617, uma vez concretizada a operação, o contratador receberia a mercê de uma comenda de 400 000 réis e a capitania de Pernambuco pelo tempo de três anos¹⁹. Porém, o sucesso do empreendimento ficou aquém do desejado. A leva de colonos partiu dos Açores em 1618²⁰, mas, segundo os dados apresentados por frei Vicente do Salvador, teriam chegado ao Maranhão somente 95 casais, com alguns solteiros, num total de 561 almas, transportadas em três navios²¹. Um dos navios, uma nau, a bordo da qual seguiam cerca de trezentas pessoas, tinha por capitão Simão Estação da Silveira, que nos informou serem alguns dos passageiros moças donzelas²².

Em terras amazónicas, o conflito estalou entre Jorge de Lemos de Bettencourt e os colonos, que, ao invés de seguirem para o Pará, ficaram no Maranhão, situação que levou o rei a ordenar que se determinassem os

¹⁷ Cf. Ângela DOMINGUES, *Quando os Índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 99.

¹⁸ Cf. *Arquivo dos Açores*, 2.^a Série, Ponta Delgada, Direcção Regional da Cultura – Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores, vol. 1, 1999, doc. 53, pp. 242-246, *maxime* p. 243.

¹⁹ Cf. Lucinda SARAGOÇA, *Da «Feliz Lusitânia» aos Confins da Amazônia (1615-62)*, Lisboa-Santarém, Edições Cosmos – Câmara Municipal de Santarém, 2000, pp. 41 e 278, doc. XXXIV.

²⁰ A data indicada em documento avulso (uma cópia) existente no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Secção Conselho Ultramarino (CU), Série Açores, publicado no *Arquivo dos Açores*, indica erradamente o ano de 1628. Cf. *Arquivo dos Açores*, 2.^a Série, vol. 1, 1999, doc. 43, pp. 213-214; Visconde de Porto Seguro (Adolfo de Varnhagen), *História Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal*, 3.^a ed. integral, São Paulo, Companhia Melhoramentos de S. Paulo, Tomo Segundo, s.d., Notas, IX, pp. 217-218.

²¹ Cf. Frei Vicente do SALVADOR, *História do Brasil*, 3.^a ed., revista por Capistrano de ABREU e Rodolpho GARCIA, São Paulo-Cayeiras-Rio de Janeiro, Companhia Melhoramentos de S. Paulo, s.d. [1931], p. 456.

²² Cf. Simão Estação da SILVEIRA, *ob. cit.*, «Prologo», sem n.º p. Sobre Simão Estação da Silveira, ver Jorge COUTO, «Silveira, Simão Estácio da.», in Maria Beatriz Nizza da SILVA (coord.), *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Lisboa-São Paulo, Verbo, 1994, p. 766.

motivos por que tal acontecera²³. A acreditar nas palavras do contratador, postas em carta datada de 9 de Maio de 1619,

«susedeu fogir me a gente toda e hiren se pellos matos e isto com fauor dos da terra porque muittos dos que trouxe comigo tem ja cazadas aqui as filhas e outros as querem cazar [...] e algũa gente que eu tinha embarcada se botou a nado esta noite e tudo isto porque os mesmos da terra os andam emtemidando e dizendo lhe que an de morrer a fome suas molheres e filhos»²⁴.

Apesar do insucesso, Jorge de Lemos de Bettencourt afirmou ao rei que, por um navio que iria partir para as ilhas açorianas, informaria depois a corte quanto à realização ou não da viagem para o Pará²⁵. Os colonos, porém, não se mostravam disponíveis para acatar as ordens do chefe da expedição. Em requerimento feito em São Luís do Maranhão, datado de 11 de Maio de 1619 e assinado por 34 dos naturais das ilhas, os ilhéus apresentaram as suas razões²⁶. Pretendiam que ficasse no Maranhão a terça parte – 333 pessoas – dos mil indivíduos que Jorge de Lemos de Bettencourt se obrigara a transportar, declarando que faltavam dois navios e que, aparentemente, o contratador pretendia que todos fossem para o Pará, o que eles recusavam, «prensipallmente porque o para esta de guera sen mantimentos nem modo de pauoar [*sic*] ate os soldados da fortalleza estão de serquo e morem de fome sem poderem sajr»²⁷.

A queixa apresentada deu origem a um inquérito. Jorge de Lemos de Bettencourt, altivo, afirmaria que cumpriria o serviço ao rei; quanto às pessoas que transportara até às paragens sul-americanas, declararia que «esta jente são suditos [*sic*] e não tem vontade» e que «toda esta gente veo por sua vontade para o para Como he notorio não tem de que se quejxar». Não obstante, comprometia-se a deixar a terça parte dos ilhéus no Maranhão²⁸.

Caberia ao capitão-mor do Maranhão, Diogo da Costa Macedo, serenar os ânimos das duas partes e recordar que a conquista do Maranhão carecia de gente e que ele apoiara o esforço de Jorge de Lemos de Bettencourt, dando-lhe farinha para os moradores das ilhas. Mas o capitão-mor parecia não ter muitas ilusões, quando afirmava que

«esta Conquista esta en mujto ballanso a se perder se ouver nella Rebulliso antre soldados e moradores Como he mujto sertto o ave llo pois estão [os

²³ Cf. Lucinda SARAGOÇA, *ob. cit.*, pp. 41 e 279, doc. xxxv.

²⁴ Cf. AHU, CU, Brasil-Maranhão, Cx. 1, doc. 31, carta de 9 de Maio de 1619. Este documento foi já publicado: cf. Lucinda SARAGOÇA, *ob. cit.*, pp. 41 e 279-280, doc. xxxvi.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ Cf. AHU, CU, Brasil-Maranhão, Cx. 1, doc. 32, petição e requerimento de 11 de Maio de 1619.

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ *Idem*, Cx. 1, doc. 32, resposta de Jorge de Lemos de Bettencourt de 16 de Maio de 1619.

moradores] Rezullutos a não embarcar e mais quoando sejão molheres donzellas Con que se deue ter Respeito»²⁹.

Esta tentativa de colonização açoriana do Maranhão não solucionou o problema de um litoral «vazio» e de um sertão inexplorado, mas os ecos da expedição e da constituição da primeira câmara «açoriana»³⁰ devem ter sido, no geral, positivos, pois em 1619 surgiria nova proposta de transporte de ilhéus para a conquista. Com efeito, o Licenciado Ant3nio Ferreira de Bettencourt, natural de São Miguel, conseguiu a mercê do ofício de provedor da Fazenda Real dos Açores por três anos ao oferecer-se para trazer da Flândres dois mestres na arte do fabrico de salitre e pólvora e para colocar no Maranhão cinquenta casais, tudo à custa da sua fazenda³¹. De acordo com o alvará de provimento de 12 de Julho de 1619, nos dois primeiros anos Ant3nio Ferreira de Bettencourt teria de transportar para o Maranhão quarenta casais³². A ordem régia foi cumprida: a 24 de Novembro de 1622, o provedor da Fazenda Real dos Açores apresentou o traslado autêntico de uma certidão emitida pelo escrivão da Fazenda na conquista do Maranhão, de 29 de Outubro de 1621, confirmando a chegada no navio *São Francisco* de quarenta casais, perfazendo 148 pessoas³³.

Nem todos aqueles que se ofereciam para levar gente para o Maranhão ou o Pará obtinham sucesso nos seus intentos. Manuel de Melo Teixeira, natural da Terceira e um dos que embarcara com Jorge de Lemos de Bettencourt, ilustra bem o que podia suceder caso os ventos da fortuna não fossem favoráveis. Em 1618, vendeu a sua fazenda e empenhou por alguns anos o morgadio que administrava. A 13 de Dezembro daquele ano, partiu dos Açores na companhia da mulher, D. Leonor de Gusmão, de dois filhos e duas filhas e de muita gente do seu serviço. Devido a várias tormentas, arribaram em São Domingos, onde estiveram onze meses, daí passando a Sevilha e, por fim, a Lisboa. Ao fim de três anos na capital, Manuel de Melo Teixeira escreveu ao rei, narrando as suas desventuras e solicitando nova mercê régia. Tinha-se comprometido a levar para o Pará vinte moças para se casarem com os soldados, mas a mercê que recebera dos ofícios de escrivão da Fazenda Real e do almoxarifado do Pará por tempo de seis anos implicava que, em vez das vinte moças, transportasse dez casais, tal como fizera o provedor da

²⁹ *Idem*, Cx. 1, doc. 32, autos de resposta do capitão-mor do Maranhão, Diogo da Costa Macedo, de 17 de Maio de 1619.

³⁰ Cf. Visconde de Porto Seguro (Adolfo de Varnhagen), *ob. cit.*, Tomo Segundo, s.d., Notas, IX, pp. 217-218.

³¹ Cf. Padre Manuel Luís MALDONADO, *Fenix Angrence*, transcrição e notas de Helder Fernando Parreira de Sousa LIMA, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2.º vol., 1990, pp. 59-60; Francisco Ferreira DRUMMOND, *Anais da Ilha Terceira*, reimpressão fac-similada da edição de 1850-1864, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1981, vol. I, pp. 446-447.

³² Cf. Padre Manuel Luís MALDONADO, *ob. cit.*, 2.º vol., 1990, pp. 59-60, *maxime* p. 59.

³³ Cf. AHU, CU, Brasil-Maranhão, Cx. 1, doc. 51, de 24 de Novembro de 1622.

Fazenda Real dos Açores, o Licenciado António Ferreira de Bettencourt. Verificamos deste modo que a coroa considerava que a política do transporte de casais era um meio mais eficaz de assegurar o povoamento das conquistas amazônicas, mas Manuel de Melo Teixeira procurou escapar a essa obrigação. Alegando que o monarca fizera mercê de ofícios no Maranhão e no Pará a várias pessoas sem que estas tivessem a obrigação de levar casais e que ele e sua família tinham sofrido muitas perdas, solicitou a mercê dos ofícios sem que fosse obrigado a transportar os dez casais e requereu ainda o pagamento de 1500 cruzados respeitantes a perdas sofridas por seu pai, Manuel Teixeira de Melo, que servira como almoxarife da capitania da Praia ³⁴.

As peripécias de Manuel de Melo Teixeira e a negociação que procurou efectuar com o monarca permitem-nos sublinhar dois aspectos importantes relacionados com a colonização da bacia amazônica nos inícios do século XVIII: por um lado, a monarquia hispânica, a braços com diversas frentes de guerra, procurou canalizar para particulares os custos de uma política de transporte e fixação de povoadores, a troca da distribuição de mercês; por outro, a necessidade dos contratadores disporem de capital suficiente para suportar os gastos com os navios, os fretes e a alimentação dos colonos, não havendo uma garantia de total realização do investimento.

Entre as dificuldades da monarquia hispânica e os sucessos ou insucessos dos diferentes contratos, o primeiro surto de povoadores açorianos no Amazonas permitiu que se estabelecesse uma base demográfica mais sólida para a ocupação e exploração daquela vasta região. Os colonos, além de mantimentos fornecidos pelos contratadores ou, como sucedeu por vezes, pelas autoridades locais, recebiam também dadas de terras, para fazerem casas de morada e iniciarem o aproveitamento agrícola dos solos ³⁵. Cerca de 1624, segundo Simão Estação da Silveira, existiam no Maranhão quatro fortalezas, mais de trezentos vizinhos Portugueses e ainda alguns Franceses, casados com mulheres das ilhas ³⁶.

A perda de São Luís e a posterior fixação de naturais dos Açores na região do Amazonas, longe de terem representado o fim de um projecto colonial francês na América do Sul, originaram uma reorientação espacial, que estaria na base de uma prolongada questão fronteiriça ³⁷. Em 1626, ocorreu

³⁴ *Idem*, Cx. 1, doc. 62, s. d. (anterior a 14 de Outubro de 1623).

³⁵ Assim aconteceu com o capitão Simão Estação da Silveira, que recebeu duas terras por carta de 30 de Julho de 1619 e uma outra por carta de 6 de Agosto do mesmo ano, dadas que foram confirmadas, de acordo com as *Ordenações*, por carta de 27 de Julho de 1622. Cf. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), *Chancelarias Régias*, Filipe III, *Doações*, Livro 3, fls. 213-214.

³⁶ Cf. Simão Estação da SILVEIRA, *ob. cit.*, p. 17.

³⁷ Sobre esta questão e numa perspectiva de história da fronteira, ver Guy MARTINIÈRE, «1. Geopolítica do espaço português da América. O Estado do Maranhão», in Frédéric MAURO (coord.), *O Império Luso-Brasileiro 1620-1750, Nova História da Expansão Portuguesa*, direcção

nova tentativa de colonização francesa da região da Caiena e, a partir de 1633, a Companhia do Cabo do Norte iniciou as suas actividades, ameaçando as posições e o comércio português na bacia amazónica. Após um primeiro fracasso no Cabo do Norte e de disputas com os Holandeses, os Franceses fixaram-se na Caiena em 1676-1677, retomando a actividade exploratória e comercial no espaço amazónico e penetrando inclusive em territórios sob jurisdição portuguesa.

Por então, e não obstante os núcleos originais de povoadores açorianos terem sido reforçados em 1648-1649 e em 1666-1667 com novos contingentes de colonos idos do arquipélago³⁸, a presença portuguesa no Maranhão e no Pará era ainda insuficiente para impedir as actividades dos Franceses. Em 1648 e 1649, alguns casais das ilhas de Santa Maria e de São Miguel foram conduzidos à capitania do Maranhão³⁹. Por decreto de 19 de Setembro de 1648, pretendiam-se recrutar em Santa Maria 100 casais, «que constavam de quinhentas para seiscentas pessoas», sendo deferida a petição do mercador alemão Martim Filter para levar casais até àquele destino por consulta do Conselho Ultramarino de 6 de Abril de 1649⁴⁰. Assim, em 23 de Abril de 1649, partiram para o Maranhão 52 casais de Santa Maria e de São Miguel, com 365 pessoas, tendo chegado a terras amazónicas em Agosto do ano seguinte⁴¹. Esta leva, em particular, não agradou ao governador do Maranhão, Luís de Magalhães, que, em 1650, solicitava que lhe enviassem degredados para colmatar a falta de gente, por considerar que o contingente ido de Santa Maria fora «de nenhum seruiço, nem utilidade, por seu pouco prestimo» e «não presta para mais *que para* fogir ao trabalho, e pedir esmolas pelas portas»⁴². Em 1666, terão transitado para o Brasil mais 50 casais da ilha do Faial que se estabeleceram no Pará⁴³ e, em

de Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES, Lisboa, Editorial Estampa, vol. VII, 1991, pp. 103-142, *maxime* pp. 114-122.

³⁸ Cf. Timothy J. COATES, *Degredados e Órfãs: colonização dirigida pela coroa no império português, 1550-1755*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 145.

³⁹ Cf. Maria Olímpia da Rocha GIL, *O arquipélago dos Açores no século XVII. Aspectos sócio-económicos (1575-1675)*, Castelo Branco, edição da autora, 1979, p. 29. A este propósito, ver também AHU, Açores, Cx. 2, doc. 4, de 16 de Abril de 1649.

⁴⁰ Cf. «Mandado do Conselho da Fazenda, para o Almoxarife da ilha de Santa Maria. 1648», in *Arquivo dos Açores*, vol. I, 1980, p. 485; *Arquivo dos Açores*, 2.^a Série, vol. II, 2001, doc. 5, pp. 27-28.

⁴¹ Cf. Manuel de Sousa MENEZES, «Os casais açorianos no povoamento de Santa Catarina», *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. IX, 1952, pp. 40-104, *maxime* p. 68.

⁴² Cf. Manuel de Paiva BOLÊO, *Filologia e História. A emigração açoriana para o Brasil (com documentos inéditos)*, Coimbra, Edição da Casa do Castelo, 1945, p. 35, «Anexo», doc. 17 (as abreviaturas foram desenvolvidas).

⁴³ Cf. Walter F. PIAZZA e Vilson Francisco de FARIAS, «O contributo açoriano ao povoamento do Brasil», in *Actas da III Semana de Estudos da Cultura Açoriana e Catarinense*, Ponta Delgada, 1993, pp. 191-220.

1667, António de Albuquerque, que ia por governador do Maranhão, pediu que se remetessem para aquele Estado «alguns cazaes das Ilhas e degredados deste Reino» ⁴⁴.

Apesar dos elogios que Simão Estaço da Silveira, em 1624, e Paulo da Silva Nunes, cerca de 1655, teceram ao Maranhão ⁴⁵, em meados do século existiam somente nove povoações portuguesas, com menos de 3000 moradores brancos ⁴⁶. Por esse motivo, e face à apetência das nações rivais pelas riquezas das terras do Maranhão, Paulo da Silva Nunes, representante dos moradores, afirmava que para a defesa daquele Estado eram necessários «muitos mil moradores brancos» e que a solução estaria em povoar o Estado do Maranhão com casais da Madeira, determinando a coroa que «em cada anno, sem duvida alguma, se lhe remetão sincoenta cazaes de moradores das ditas ilhas ou de outras partes, quando naquellas já os não haja» ⁴⁷. No Pará, o cenário era ainda pior: uma carta do governador do Estado informava, em 1674, que o número de moradores não excedia os duzentos casais e que as três companhias pagas aí existentes não atingiam os sessenta homens. Face a este panorama, o Conselho Ultramarino emitiu um parecer acerca do «quanto convinha, que V. A. mandasse cazais das Ilhas, para povoarem aquella Conquista» ⁴⁸.

A solução, como vimos, não constituía uma novidade, e nos anos antecedentes tinha até sido discutida na sequência da crise sísmica que atingira a ilha do Faial em 1672. De facto, a 22 de Dezembro desse ano, os oficiais da câmara da Horta escreveram ao Infante D. Pedro, então curador do rei e governador dos reinos, solicitando que os moradores das freguesias do Capelo e da Praia, no Norte da ilha, passassem ao Maranhão, devido à sua muita pobreza ⁴⁹. No ano seguinte, a 7 de Outubro, a questão seria abordada em consulta do Conselho Ultramarino e, a 28 de Novembro, este órgão examinaria a proposta de João Pereira Seixas de levar para o Maranhão os casais da ilha do Faial a bordo da sua fragata, assunto que seria retomado em consulta de 13 de Janeiro de 1674 ⁵⁰.

A consulta do Conselho Ultramarino de 28 de Novembro de 1673 é especialmente útil para a análise de todo o mecanismo de transporte dos casais

⁴⁴ Cf. Manuel de Paiva BOLÉO, *Filologia e História. A emigração açoriana para o Brasil...*, *ob. cit.*, pp. 10-11.

⁴⁵ Cf. Simão Estaço da SILVEIRA, *ob. cit.*, p. 35; «Description de Maranhao», in Frédéric MAURO, *Le Brésil au XVII^e siècle. Documents inédits relatifs à l'Atlantique Portugais*, separata de *Brasília*, vol. XI, Coimbra, 1963, pp. 183-191, *maxime* p. 190.

⁴⁶ Cf. «Description de Maranhao», in Frédéric MAURO, *ob. cit.*, pp. 183-191, *maxime* p. 189.

⁴⁷ *Idem*, p. 191.

⁴⁸ Cf. AHU, CU, Brasil-Maranhão, Cx. 5, doc. 590, carta do governador do Maranhão de 25 de Julho de 1674 e consulta do Conselho Ultramarino de 16 de Outubro de 1674.

⁴⁹ *Idem*, Cx. 5, doc. 574, representação da câmara da Horta de 22 de Dezembro de 1672.

⁵⁰ *Idem*, Cx. 5, doc. 581, consulta do Conselho Ultramarino de 7 de Outubro de 1673; doc. 583, consulta do Conselho Ultramarino de 28 de Novembro de 1673; e doc. 585, consulta do Conselho Ultramarino de 13 de Janeiro de 1674.

até terras sul-americanas na medida em que nos permite conhecer a relação de custos apresentada por João Pereira Seixas: os casais (marido e mulher), em idade útil e com filhos, num total de 400 praças, implicariam um investimento de 1 600 000 réis, ou seja, 4000 réis por casal; a roupa, 400 000 réis; as ferramentas e as armas, outros 400 000 réis; e o fretamento do navio, 600 000 réis ⁵¹. Desconhecemos se este transporte de casais teve lugar, mas outro parece ter sido efectuado por Manuel do Vale, que se ofereceu em 1674 para levar até cem casais para a capitania do Grão-Pará, assinando contrato de fretamento a 10 de Fevereiro de 1675 ⁵².

Entretanto, em 1674, o capitão-mor da ilha do Faial, Jorge Goulart Pimentel, tinha já prontos 100 casais que deveriam seguir no ano seguinte para o Brasil ⁵³. Exigia-se, então, que esses casais fossem compostos «dos homens mais idoneos para o trabalho, cujas mulheres sejam capazes de propagação e tenham mais filhos para se formar uma nova povoação; para cujo effeito ordenareis sejam de todos os officios: lavradores, pedreiros, carpinteiros, e ferreiros, serralheiros, sapateiros e alfaiates» ⁵⁴. Em 18 de Agosto de 1675, partia daquela ilha a fragata *Nossa Senhora da Palma e São Rafael* com 50 casais faialenses (234 pessoas), tendo por destino o Pará. O capitão-mor, Jorge Goulart Pimentel, dava ainda conta de «que os outros cincoenta cazais ficarão promptos, e muytos delles, por pobres, em cazas suas, sustentandoos à sua custa; e que alem destes 50 que estão promptos, se podem tirar daquella Ilha, e da do Pico (de que he Governador) cem cazais mais, sem todos estes fazerem falta» ⁵⁵. Em todo este processo, Jorge Goulart Pimentel contou com as prestimosas colaborações do provedor da Fazenda Real nos Açores, Agostinho Borges de Sousa, e do almoxarife do Faial, Jorge Furtado de Arês, motivo pelo qual seriam elogiados pelo Conselho Ultramarino, que, em consulta de 20 de Outubro de 1675, sugeriu ao príncipe regente que a todos agradecesse ⁵⁶.

Em 1677, na charrua *Nossa Senhora da Penha de França e São Francisco Xavier*, propriedade de Francisco da Costa, da ilha Terceira, partia a segunda leva de colonos para o mesmo porto (Pará), num total de 50 homens, 47 mulheres e 126 «pessoas de família», com uma ajuda de custo de 8000 réis para cada casal e levando em sua companhia, por vontade do governador, o padre Carlos de Andrade ⁵⁷. Nesse mesmo ano, encontravam-se também a

⁵¹ *Idem*, Cx. 5, doc. 583, consulta do Conselho Ultramarino de 28 de Novembro de 1673.

⁵² *Idem*, Cx. 5, doc. 592, consulta do Conselho Ultramarino de 17 de Dezembro de 1674 e contrato de fretamento de 10 de Fevereiro de 1675.

⁵³ Cf. *Arquivo dos Açores*, vol. v, 1981, pp. 265-267.

⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵ Cf. AHU, Açores, Cx. 2, doc. 17, de 20 de Outubro de 1675. Veja-se, igualmente, a «Allegação de serviços feitos por Jorge Goulart Pimentel», in *Arquivo dos Açores*, vol. i, 1980, pp. 368-370.

⁵⁶ Cf. *Arquivo dos Açores*, 2.^a Série, vol. II, 2001, doc. 17, pp. 126-128.

⁵⁷ Cf. Aires Jacome CORRÊA, «Historia documental da Revolução de 1821 na ilha de S. Miguel para a separação do governo da Capitania Geral da ilha Terceira», *Revista Michae-*

aguardar transporte 200 casais de gente da ilha Graciosa, que «hera muyto pobre faltos de todo necessario»⁵⁸.

Ao longo do último quartel de Seiscentos, a presença dos Franceses na Caiena foi motivo de preocupação para os Portugueses e deu origem a sucessivas escaramuças⁵⁹. Em 1685, Francisco da Mota Falcão construiu quatro fortins – Parú, Toeré, Santo António de Macapá e Araguari – e, em 1687, registava-se a existência de uma missão portuguesa ao norte do Araguari, numa ilha do actual lago de Jaca⁶⁰. Mas o avanço francês em direcção às terras situadas entre os rios Amazonas e Orenoco, iniciado em 1688, traduzir-se-ia no ataque em 1697 às posições portuguesas em Macapá e em Parú, com a destruição deste último forte.

Os problemas da colonização portuguesa da bacia amazónica permaneciam, nesses anos finisseculares, os mesmos de décadas antes. Apesar dos esforços da coroa e da fixação de casais açorianos na região, o Maranhão e o Pará continuavam a apresentar um baixo índice de povoamento branco. Este quadro não era devido unicamente ao facto de serem espaços marginais no contexto da América Portuguesa, pelo que serviam também como local de exílio: o clima constituía um dos principais inimigos dos Portugueses na região, fossem eles homens ou mulheres, soldados, colonos ou degredados. Conforme registaria Vitorino Nemésio, em 1958, a propósito de Belém do Pará,

«se o calor constante não dá a impressão de forno da canícula da Europa meridional, como que graduada a termómetro para atingir o rubro ao meio-dia, a sua incidência inflexível amolece-nos destilando-nos. Somos quimicamente desidratados das cinco da manhã até às cinco da tarde»⁶¹.

De forma mais prosaica, as palavras de Gomes Freire de Andrade, citadas em consulta do Conselho Ultramarino de 18 de Janeiro de 1696, dirigida a D. Pedro II, são igualmente esclarecedoras quanto aos problemas da colonização portuguesa:

«a Fortaleza do Comau [=Santo António de Macapá] he tão importante, [...] que o Sítio della, sendo o mais proprio para segurar o Certão, e impedir

lense, Ano 4, n.º 1, Março de 1921, pp. 907-1000, *maxime* p. 949. Existe alguma confusão de datas sobre este transporte. Julgamos que este movimento terá correspondido à segunda leva de colonos para o Pará documentada no *Arquivo dos Açores*, vol. I, pp. 371-376, e vol. V, 1981, p. 267.

⁵⁸ Cf. AHU, Açores, Cx. 2, doc. 18, de 6 de Agosto de 1677.

⁵⁹ Cf. Arthur Cezar Ferreira REIS, *ob. cit.*, pp. 21-25.

⁶⁰ Cf. Barão do RIO-BRANCO, *ob. cit.*, vol. III, *Questões de Limites – Guiana Francesa*, 1945, pp. 95-96.

⁶¹ Cf. Vitorino NEMÉSIO, «Trilhos do Grão-Pará», in *Obras Completas*, vol. XX: *Caatinga e Terra Caída. Viagens no Nordeste e no Amazonas*, «Jornal de Vitorino Nemésio, 7», 2.ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998, pp. 171-173, *maxime* p. 171.

as entradas dos Françaes, por aquella parte tinha o mal das mais terras do Certão, que he o de Serem doentias»⁶².

De igual modo, era referido o facto de há já vários anos se apontarem medidas relativas ao povoamento do Maranhão, como sendo, por exemplo, o transporte anual para a conquista de cinquenta ilhéus solteiros, que se casariam com as mulheres da região. No entanto, deveriam ser recrutados cem soldados na ilha da Madeira⁶³. Além destas medidas, havia quem defendesse o recurso a outros meios. Pedro de Azevedo Carneiro, em informação sobre as fortificações do Estado do Maranhão, de 30 de Dezembro de 1695, sustentava a necessidade de o litoral do Cabo do Norte ser anualmente percorrido por uma esquadra de quatro canoas com infantaria, desde Março até Julho, «para dezinfestar aos Françaes, que naquella monção vão todos os annos aos seus Contractos»⁶⁴.

O recrutamento de soldados na Madeira e a presença dos Franceses em territórios que a coroa portuguesa reclamava como seus são tópicos frequentes na documentação dos anos finais de Seiscentos⁶⁵. O conflito fronteiriço luso-francês seria objecto de um tratado em 1697 e de um outro, provisório, em 1700, confirmado por novo acordo em 1701. O tratado de 1700 estipulou que a fronteira entre os territórios portugueses e os franceses era o rio Oiapoque, também identificado como rio de Vicente Pinzón. À França caberiam todos os territórios localizados a Norte do Oiapoque⁶⁶.

Os limites definidos em 1700 e ratificados a 18 de Julho de 1701 não eram do agrado dos Franceses e a ausência de cartas correctas do litoral e da bacia amazónica não auxiliavam a argumentação portuguesa. O equilíbrio de forças resultante da Guerra da Sucessão de Espanha permitiu a Portugal que a França, pelo tratado de 11 de Abril de 1713, reconhecesse

⁶² Cf. AHU, CU, Brasil-Maranhão, Cx. 9, doc. 909, consulta do Conselho Ultramarino de 18 de Janeiro de 1696.

⁶³ *Ibidem*.

⁶⁴ *Ibidem*.

⁶⁵ *Idem*, Cx. 9, doc. 930, consulta do Conselho Ultramarino de 14 de Dezembro de 1696; doc. 951, consulta do Conselho Ultramarino de 2 de Dezembro de 1697; doc. 958, consulta do Conselho Ultramarino de 7 de Fevereiro de 1698; doc. 968, consulta do Conselho Ultramarino de 12 de Novembro de 1698; doc. 982, consulta do Conselho Ultramarino de 9 de Setembro de 1699; Cx. 10, doc. 1022, consulta do Conselho Ultramarino de 12 de Novembro de 1700.

⁶⁶ Cf. Barão do RIO-BRANCO, *ob. cit.*, vol. III: *Questões de Limites – Guiana Francesa*, 1945, pp. 110-156; Arthur Cezar Ferreira REIS, *ob. cit.*, pp. 24-25; Pedro CALMON, *Historia do Brasil*, vol. III: *Século XVII – Conclusão: Formação Brasileira; Século XVIII – Riquezas e Vicissitudes*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editôra, 1961 [reimpressão da edição original de 1959], pp. 849-851; Guy MARTINIÈRE, «1. Geopolítica do espaço português da América. O Estado do Maranhão», in Frédéric MAURO (coord.), *ob. cit.*, pp. 103-142, *maxime* pp. 120-121; André Ferrand de ALMEIDA, *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, pp. 38-39.

as delimitações anteriormente consagradas e renunciasse formalmente à região do Cabo do Norte. Vencidos, mas não convencidos, os Franceses não desistiram das suas pretensões sobre os territórios localizados entre o Amazonas e o Oiapoque e, como destacou André Ferrand de Almeida, questionaram a identificação produzida pelos Portugueses a partir dos estudos de geógrafos⁶⁷. No contexto da competição territorial entre Portugal e França na América do Sul, teve primordial importância a leitura que Guillaume Delisle, Primeiro Geógrafo do Rei de França, fez na Academia Real das Ciências de Paris, a 27 de Novembro de 1720. A afirmação do geógrafo segundo a qual a região do Cabo do Norte se situava a Oeste da linha de demarcação de Tordesilhas retirava à coroa portuguesa toda a legitimidade para sustentar o seu direito de soberania sobre a mesma⁶⁸.

Fazendo letra morta dos acordos diplomáticos, as investidas francesas na bacia amazónica intensificaram-se e obrigaram a uma resposta portuguesa: para além das negociações diplomáticas e da génese de um projecto de representação cartográfica do território brasileiro, só em parte concretizado⁶⁹, no Amazonas, entre 1723 e 1728, tiveram lugar quatro grandes expedições militares, destinadas a afirmar o domínio luso naquelas terras. Embora o Maranhão fizesse originalmente parte do projecto cartográfico nascido na corte joanina, a sua geografia não seria objecto de uma representação e, desse modo, a velha questão dos limites territoriais entre Portugal e França iria permanecer pendente, tal como a necessidade de renovar e ampliar a população portuguesa residente no Maranhão e no Pará.

Seria somente durante o consulado pombalino e na sequência do Tratado dos Limites, de 1750, que novos contingentes de Açorianos chegariam ao litoral amazónico. No contexto geopolítico de meados de Setecentos, o Maranhão e o Pará mereceram uma particular atenção por parte do poder central e dos seus delegados, que se preocuparam em dinamizar a sua ocupação humana. Desse modo, desde o início da década de 1750 que assistimos à execução, por parte da coroa portuguesa, de uma política de incentivos ao transporte de colonos para o então Estado do Grão-Pará.

Em 1751, em paralelo com os contingentes migratórios que seguiam para o Brasil meridional, encontravam-se alguns casais «que se tinham alistado para irem para o estado do Pará e Maranhão»⁷⁰. As Instruções régias de Maio de 1751 para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que ia desempenhar o cargo de governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, dão conta da necessidade de se proceder com a maior brevidade

⁶⁷ Cf. André Ferrand de ALMEIDA, *ob. cit.*, pp. 49-54.

⁶⁸ *Idem*, pp. 66-68. Guillaume Delisle defendia o mesmo em relação à Colónia do Sacramento.

⁶⁹ *Idem*, pp. 73-142.

⁷⁰ Cf. AHU, *Açores*, Cx. 3, docs. 45, de 29 de Maio de 1751; 46, de 26 de Junho de 1751; e 50, 18 de Fevereiro de 1752.

à instalação daqueles casais ⁷¹. Em correspondência para seu irmão, Sebastião José de Carvalho e Melo, dava conta, em Janeiro de 1752, de que

«achei já o navio do transporte dos casais das Ilhas dos Açores, que tinha chegado a este porto em 29 de agosto [de 1751], e entregou 486 pessoas [86 casais], não lhe morrendo na viagem mais do que quatro, porém, nas que trouxe da Ilha Terceira vieram alguns velhos e muitas crianças» ⁷².

O governador queixava-se, no entanto, de que os povoadores «não têm servido até o presente mais que de uma desordem contínua, e perturbação de esta terra» ⁷³. Ainda assim, em Janeiro de 1752, esses povoadores ficaram instalados na nova povoação de São José do Macapá e o governador encontrava-se a aguardar a chegada de outro navio das ilhas ⁷⁴. E, quando «menos esperava», em Novembro de 1752 chegaram mais 430 pessoas das ilhas ⁷⁵. Segundo Francisco Xavier de Mendonça Furtado, estes ilhéus participaram na colonização das vila de Bragança e de Ourém, nas margens dos rios Guaçu e Caeté ⁷⁶.

Na arrematação dos transportes para o Brasil, deparamos igualmente com uma proposta apresentada por José Rodrigues Esteves e Bento José, em 1753, para o transporte de 900 soldados açorianos para o Pará, em substituição dos muitos casais açorianos desistentes ⁷⁷. Em Setembro de 1754, outro navio com casais ilhéus naufragou já com o Pará à vista, por ter ficado preso num baixio. Transportava 74 pessoas, das quais 38 acabaram por perecer ⁷⁸. Entretanto, em Junho de 1757, continuava a afirmar-se «que a maior firmeza para o estabelecimento e conservação das novas Vilas são os casais, sendo de grande princípio os 23 que V. S. encaminhou para a referida Vila de Borba, a nova» ⁷⁹.

Em meados do século XVIII, a monarquia francesa atravessou sérias dificuldades. Durante a Guerra dos Sete Anos, o comércio francês sofreu uma queda brutal, atingindo os seus valores mínimos, tanto nas importações como nas exportações, em 1760 ⁸⁰. Os anos de guerra foram ainda marcados

⁷¹ «Instruções régias, públicas e secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, capitão-general do Estado do Grão Pará e Maranhão», in Marcos Carneiro de MENDONÇA, *A Amazônia na era pombalina. Correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado – 1751-1759*, Tomo I, São Paulo, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, p. 29.

⁷² *Idem*, Tomo I, pp. 207-209, doc. 10.

⁷³ *Ibidem*.

⁷⁴ *Idem*, Tomo I, pp. 209-211, doc. 29.

⁷⁵ *Idem*, Tomo I, pp. 318-323, 34.^a Carta.

⁷⁶ *Idem*, Tomo II, pp. 586-589, 86.^a Carta, de 12 de Setembro de 1754.

⁷⁷ Cf. AHU, *Açores*, Cx. 3, doc. 15, de 17 de Agosto de 1747.

⁷⁸ Cf. Marcos Carneiro de MENDONÇA, *ob. cit.*, Tomo II, pp. 605-606, 92.^a Carta, de 26 de Setembro de 1754.

⁷⁹ *Idem*, Tomo III, pp. 1105-1106.

⁸⁰ Cf. Gérard Le BOUËDEC, *Activités maritimes et sociétés littorales de l'Europe atlantique 1690-1790*, «U», Paris, Armand Colin, 1997, pp. 218-219.

pela perda de inúmeros navios – 263 de Bordéus e 109 de Nantes – e pelo desarmamento e imobilização de outros, por opção dos próprios armadores, que pretendiam, deste modo, evitar mais perdas⁸¹. O resultado desta estratégia resultou, no espaço colonial francês, no aumento das dificuldades para as Antilhas francesas, que se viram temporariamente mais isoladas.

Foi nesta conjuntura que, no Outono de 1762, se esboçou um ambicioso plano para a conquista e anexação do Brasil à coroa francesa. Uma armada deveria partir para o Atlântico Sul no final do Inverno de 1762-1763 e tomar São Salvador da Baía, assumindo o conde d'Estaing a qualidade de vice-rei do Brasil. A qualidade das informações obtidas pelos Franceses fazia supor uma vitória fácil e, a partir da capitulação das autoridades portuguesas, uma rápida ocupação do litoral. Concretizada essa operação, o acesso às riquezas brasileiras estaria garantido. Este projecto, tão ambicioso quanto ingénuo, acabaria por não ser executado devido ao cessar das hostilidades, em 1763⁸². A sua existência, porém, revela-nos que em França, nos círculos do poder, se mantinha viva a ambição de construir uma nova *França Antártica*, mais vasta e rica do que a Caiena. Quanto a esta possessão, apesar dos vários tratados, no terreno continuaram a ocorrer atritos entre Franceses e Portugueses devido à questão da fronteira. No final do século XVIII e no início do século XIX, novas contendas dariam origem a novos tratados⁸³. Mas a questão fronteiriça entre a Caiena e o Brasil só seria encerrada em definitivo em 1900, confirmando que a configuração territorial do Brasil se construiu na muito longa duração.

⁸¹ *Idem*, pp. 219-220.

⁸² Cf. Estevão de Rezende MARTINS, «1762, Le Brésil pour la France: un objet de convoitise?», in *Le Brésil, l'Europe et les équilibres internationaux XVI^e-XX^e siècles*, pp. 149-160.

⁸³ Sobre a questão dos limites entre os territórios pertencentes a Portugal e a França na região amazónica, ver ainda Luciano de CASTRO, «A questão do Amazonas através dos Tratados (Paris, 10 de Agosto de 1797-Badajós e Madrid, 1801)», in *Congresso do Mundo Português. Publicações*, Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso Luso-Brasileiro de História (VII Congresso), Tomo 2.º, II Secção, Lisboa, Secção de Congressos, 1940, vol. x, pp. 559-566